



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ATA DE REUNIÃO

ATA DE REUNIÃO

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ TÉCNICO EXECUTIVO NO ÂMBITO DO CTSA

Data: 1º de agosto de 2025

Horário: 10:00 às 12:00

Local: Reunião no formato *online* **TEAMS**

Participantes:

Membros do Subcomitê Técnico Executivo do CTSA e convidados

Lista de Presença (SEI nº 1102744)

Pauta da Reunião:

- Apresentação dos membros e convidados;
- Apresentação do representante do Auto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos na América Latina sobre a adoção da Convenção nº 169 da OIT no Cenário Internacional;
- Aprovação da minuta da ata da reunião anterior;
- Apresentação da Experiência Setorial: ANM;
- Outros Assuntos.

A 3ª Reunião Ordinária do Subcomitê Técnico Executivo no âmbito do CTSA foi realizada em 01 de agosto de 2025, das 10hs às 12hs. A coordenação deu início à reunião com boas-vindas aos participantes e agradeceu a presença dos representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH):

- Rodrigo Deodato – Assistente de advocacy do ACNUDH para povos indígenas e comunidades quilombolas.
- Flávia Silva Scabin – Consultora especialista em mineração, infraestrutura energética e licenciamento ambiental da CERALC – Conduta Empresarial Responsável na América Latina e Caribe.

Em seguida foram apresentados os membros do Subcomitê, incluindo os representantes da Subsecretaria de Sustentabilidade, ANEEL, ANM e EPE.

ASSUNTOS DISCUTIDOS

Apresentação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)

A consultora da CERALC fez uma apresentação do panorama técnico e jurídico sobre a aplicação da Convenção nº 169 da OIT, no Contexto internacional da Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI, Tratados internacionais e princípios da ONU, contemplando:

- Características da consulta: livre, prévia, informada, culturalmente adequada e de boa-fé.
- Conflitos e Judicialização: Conflitos socioambientais relacionados à ausência de consulta adequada, exemplificando as usinas hidrelétricas de Belo Monte e de Santo Antônio; 74% dos conflitos em infraestrutura na América Latina estão ligados à ausência de consulta.

- Responsabilidades do Estado e das empresas segundo os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos: Estado (condução, fiscalização e regulamentação); Empresas (estudos de impacto, mitigação de riscos, respeito à autodeterminação).
- Experiências comparadas em países da América Latina: Colômbia, México, Costa Rica, Peru
- Importância da devida diligência em direitos humanos;
- Percepção para o Brasil: Protocolos padronizados e adaptáveis; Inclusão de cláusulas de direitos humanos nos editais; Condução da consulta pelo Estado com financiamento das empresas.
- Jurisprudência nacional e internacional sobre a obrigatoriedade da consulta;
- Propostas de protocolos e mecanismos de consulta, com destaque para boas práticas na Costa Rica e na Cidade do México.

Debate e Contribuições dos Participantes

Karina Araújo Sousa (MME): Contextualizou sobre os trabalhos desenvolvidos no âmbito da SNTep/MME, especialmente no GT de eólica offshore na atual fase (estudos para a seleção de áreas) e a aplicação da CLPI na fase do planejamento setorial, especialmente em projetos de hidrogênio e eólicas offshore. A consultora Flávia entende que a CLPI deve ser vista como um processo que poderia ocorrer desde a fase de planejamento, com desdobramentos nas fases seguintes de implementação dos empreendimentos.

André Meister (ANEEL): Relatou iniciativa da ANEEL para incorporar critérios ESG nos contratos de outorga. Flávia citou o caso do Rodoanel como exemplo de inclusão de cláusulas de direitos humanos desde o edital.

Mariana Daher (MME): Citou a experiência nacional no que se refere a criação de protocolos padronizados para a realização da CLPI pelas comunidades quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais, e entende que a aplicação da CLPI deveria ser adaptável a diferentes comunidades e tipologias de empreendimentos, com base no estabelecido na Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015.

Elisangela Medeiros (EPE): Levantou dúvidas sobre a viabilidade da consulta na fase de planejamento, especialmente em projetos de geração de energia elétrica, onde a localização dos empreendimentos e seus detalhes técnicos não são acompanhados no âmbito do planejamento setorial.

A consultora Flávia reforçou a importância do Estado conduzir o processo e sugeriu o mapeamento dos grupos que supostamente sofreriam interferência desses projetos e a disponibilização destas informações em uma base de dados georreferenciada. Outra sugestão seriam consultas públicas para o levantamento de informações sobre estas comunidades. O mais importante é ser transparente e estabelecer um cronograma que esclareça o processo ao longo das etapas de planejamento, licenciamento e operação e que haja acordos claros entre as partes desde o início do projeto.

Mirgom Martins (ANM), em síntese, comentou sobre um GT instituído na ANM que trata, dentre outros assuntos, de conflitos minerários com comunidades quilombolas. Balizado no Decreto nº 8.750, de 2016, que instituiu o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, parágrafo 2º do artigo 4º trata da participação de representantes da sociedade civil e outros. O GT discute a inserção das informações, na base no mapeamento do Incra, para encaminhar o questionamento à Fundação Palmares, responsável pela realização da Consulta à essas comunidades, para posterior deliberação da outorga pelo Conselho.

Márcio Chaves (Procuradoria Geral da ANM) complementou mencionando o Parecer Técnico da PGF/ANM que gerou a minuta de Portaria Conjunta DNPM/FCP/INCRA, a qual está anexada à Nota Conjunta nº 01/2017/PF-DNPM-DF/PF-FCP/PFE-Incra/DEPCONSU/PGF/AGU, inserida no NUP: 00407.016028/2016-61 - Sequencial nº 54.

Encaminhamentos Finais

Foi esclarecido que em função da importância do tema apresentado pelo Alto Comissariado da ONU, não houve tempo hábil de seguir a pauta proposta. Neste sentido, foi informado pela coordenação que a leitura da Ata da 2ª Reunião, realizada no dia 18/07/2025, será realizada para aprovação na 4ª Reunião do Subcomitê, em 15 de agosto, bem como a apresentação da experiência setorial da ANM.

Informes:

- A apresentação realizada nesta reunião será recepcionada e disponibilizada a todos os presentes;

- A Subsecretaria de Sustentabilidade em conjunto com a Assessoria Internacional do MME, estão envidando esforços para a realização de um Workshop com a participação de especialistas de outros países, para o conhecimento da experiência de regulamentação da CLPI;
- Próxima reunião agendada para 15 de agosto de 2025.